

Avritzer, Leonardo. *O pêndulo da democracia*. São Paulo: Todavia, 2019, 203 pp. (ISBN 9786580309450). Paperback.

Maria Laura Souza Coutinho

O clima de confronto aberto observado durante a campanha presidencial de 2018 e o flerte de parte significativa da população brasileira com o autoritarismo trouxeram à ordem do dia a preocupação com o futuro da democracia no país. Em *O Pêndulo da Democracia*, Leonardo Avritzer propõe-se a responder se a relativização dos valores democráticos observada nos últimos anos é um ponto dissonante dentro da trajetória política brasileira.

A tese central de Avritzer é a de que a crise atual está inserida em um contexto histórico maior em que períodos de entusiasmo democrático são logo substituídos por períodos em que, ao menos parte da população, não percebe a democracia como essencial. Para construir seu argumento, Avritzer realiza uma análise mais geral das instituições que permitem e favorecem essa oscilação entre 1945 e 2018, para então concentrar-se no período pós-1988, que é marcado pela ascensão do Estado do Bem Estar Social, mas com a manutenção de características e estruturas patrimonialistas. A última parte da obra é dedicada à análise dos fatores próprios da crise atual: a intervenção do Judiciário no cenário político e a alteração do debate público gerada pelo uso das redes sociais.

A análise de Avritzer dialoga diretamente com publicações que também buscam explicar as razões da mudança aparentemente inesperada da atitude do povo em brasileiro para com a democracia. Como Jesse de Souza, em *A elite do atraso: da escravidão a Bolsonaro*, e Wanderley Guilherme dos Santos em *A democracia impedida: o Brasil no século XXI*, Avritzer não vê o retrocesso democrático atual como algo surpreendente. Embora os autores adotem estratégias analíticas diferentes e enfatizem aspectos diversos do processo político instalado a partir de 2013, na base da argumentação de todos os três está a ideia de que a crise atual é fruto da atuação de uma elite que sente seus privilégios ameaçados e que, por isso, utiliza mecanismos para desestabilizar a democracia.

Enquanto a análise de Santos é mais focada no processo de *impeachment* e nas novas formas de representação, que reduzem a força de uma elite dentro do Legislativo, o que o leva a desenvolver o conceito de golpe parlamentar; Souza realiza uma análise histórico-político com o propósito de conectar as constantes instabilidades democráticas à

compreensão equivocada dos problemas brasileiros, inclusive pelos nossos principais pensadores, a começar pelo peso da escravidão na conjuntura atual. A grande contribuição de Avritzer é a de valorizar a inserção da crise que se inicia entre 2013 e 2014 em um contexto maior, mas sem menosprezar a importância de elementos contemporâneos.

Avritzer inicia seu argumento pela reafirmação de que a estrutura patrimonialista que se faz presente desde a formação do Estado brasileiro impede a consolidação democrática, pois impossibilita a extensão de direitos civis, base da ordem liberal democrática, a toda população. Ele ressalta que nem mesmo a Constituição Federal de 1988 conseguiu romper esse padrão, pois apesar do reconhecimento de direitos sociais, estruturas importantes, entre elas o Judiciário, não foram modernizadas.

Relações entre empreiteiras e partidos políticos, os instrumentos de manobra à disposição do mercado financeiro para moldar a política do Banco Central, a personalidade que marca a relação de uma elite de cidadãos com os serviços públicos e a manutenção de privilégios corporativos do Judiciário e das Forças Armadas são os exemplos mais marcantes trazidos pelo autor ao falar de relações patrimonialistas que sobrevivem após a instalação de um Estado de Bem Estar Social pela Constituição de 1988.

Apesar da reação inicial, a manutenção dos eixos principais da política econômica da Era Fernando Henrique Cardoso durante o primeiro mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva propiciou a aproximação entre a elite e o governo petista. No início do primeiro mandato de Dilma Rousseff, entretanto, essa aliança temporária começa a se esgarçar. Avritzer enumera três fatores que levaram ao descontentamento das elites: a redução dos juros; a forma de partilha do pré-sal e a intensificação do papel da Petrobras na implantação da política industrial que acaba, no longo prazo, por reduzir a competitividade da Petrobras com reflexos econômicos no país.

Em junho de 2013, grupos de direita, entre eles o “Movimento Brasil Livre” e o “Vem pra Rua”, aproveitam-se da convocação da população feita pelo “Movimento Passe Livre” contra o aumento das tarifas de transporte em São Paulo para reacender uma agenda conservadora e economicamente liberal que estava adormecida desde o fim da ditadura militar. A eleição de 2014 desenrola-se em um ambiente politicamente difícil. Avritzer argumenta que se mantiveram na Constituição Federal três instrumentos capazes de relativizar a soberania popular: o controle da Justiça Eleitoral sobre quem se candidata e sobre o próprio resultado eleitoral; o silêncio constitucional sobre o impeachment, que permitiu que uma legislação ultrapassada continuasse em vigor e, por fim, a possibilidade de intervenção militar em assuntos internos.

Assim, após a vitória de Dilma, uma a uma, essas ferramentas são utilizadas. Em primeiro lugar, o PSDB questiona o resultado das eleições na Justiça Eleitoral. Diante da dificuldade em se impugnar a chapa Dilma-Temer, inicia-se o procedimento de *impeachment* a partir de um relatório do Tribunal de Contas da União que julgou irregulares certas práticas contábeis do governo Dilma, utilizadas diuturnamente não só por outros presidentes, mas também pela grande maioria dos governadores, sem qualquer questionamento ou consequência.

Na sequência, a falta da modernização da lei de *impeachment*, que traz uma definição aberta dos crimes de responsabilidade puníveis com o impedimento e concentra em mãos do Presidente da Câmara dos Deputados o poder de dar prosseguimento ao processo, cria a possibilidade do afastamento da presidente eleita em um contexto muito diferente para o qual o instituto do *impeachment* foi pensado.

O uso do último desses instrumentos, ou seja, a possibilidade de uma intervenção militar com base no art. 142 da Constituição Federal, evidencia-se já no momento pós-*impeachment* e pré-eleitoral, em 2017, quando militares de alta patente passam a se manifestar sobre assuntos políticos e a ideia de uma intervenção pelas Forças Armadas volta a ser tratada com naturalidade e até pedida pela população, como se observou na greve dos caminhoneiros em maio daquele ano.

Um tema que poderia ter sido mais bem explorado na explicação do processo político que levou ao *impeachment* de Dilma é o papel do Presidente da República na manutenção do diálogo político para o bom funcionamento do presidencialismo de coalizão. Tanto Fernando Henrique Cardoso, quanto Luiz Inácio Lula da Silva enfrentaram queda de popularidade e escândalos de corrupção. Contudo, ambos conseguiram manter a seu lado a maioria no Congresso Nacional necessária para evitar o agravamento da crise. Assim, a inexperiência política de Dilma Rousseff é um fator a se considerar ao se pensar as relações com o Congresso Nacional e a rápida deterioração das relações entre Executivo e Legislativo que levaria ao *impeachment* (Pinheiro, 2014).

A última parte do livro analisa os dois fenômenos recentes que influíram não só na queda de Dilma, como também na eleição de Bolsonaro. O primeiro desses fenômenos é a interferência do Judiciário. Avritzer não dedica, contudo, muita atenção à contribuição dos atores políticos na construção desse cenário, considerando que até mesmo os próprios partidos políticos adotam a via judicial em prejuízo da construção de consensos no Legislativo (Tate, 1995), quando saem derrotados ou quando avaliam a possibilidade de derrota. Esse fato me parece importante porque a judicialização é fruto de um processo, que

se inicia durante o Congresso Nacional Constituinte, de fortalecimento do Judiciário para que ele atue na mediação de conflitos e controle do Executivo e Legislativo. A Operação Lava Jato e decisões judiciais como as que impediram a nomeação do ex-presidente Lula para o Ministério de Dilma, e tantas outras que afetaram todo o sistema político, não são um fato isolado resultante do voluntarismo de alguns juízes e procuradores. Por essa razão, o retorno à estabilidade democrática exige que essa configuração também seja repensada.

Avritzer dedica, ainda, parte considerável da obra à discussão de como a religião alterou o debate político na última eleição como resultado da ascensão das igrejas neopentecostais. Embora, seja inegável o aumento do número de seguidores de igrejas pentecostais e neopentecostais (em detrimento do catolicismo e do protestantismo histórico), é preciso contextualizar a ideia de que há uma ligação entre a ascensão dessas denominações, agenda conservadora, discurso de ódio direcionado à esquerda e perda do espaço político do petismo.

O próprio uso do termo neopentecostal é problemático. Como observa Abamanssur (2017) ao comentar a pesquisa realizada pelo PT em 2016 na periferia de São Paulo para compreender a perda de eleitorado em seus redutos tradicionais, o termo neopentecostal é vazio, já que poderia se aplicar até ao movimento carismático católico. A referência aos neopentecostais, portanto, seria dirigida a um grupo relativamente pequeno de igrejas, dominado pela Igreja Universal do Reino de Deus e pela Igreja Renascer em Cristo. As duas, pelas suas lideranças, isto é, Edir Macedo e Fernando e Sonia Hernandez, apoiaram o PT durante boa parte do governo Lula e participaram da campanha para a eleição de Dilma Rousseff em 2009 (DIP, 2020; ROCHA, 2009). Assim, não é, exatamente, a ascensão do número de neopentecostais e a redução do número de católicos que explica o resultado da eleição de Bolsonaro, mas sim a decisão política por parte dos líderes dessas igrejas em apoiar Bolsonaro.

O último aspecto tratado por Avritzer é a alteração da forma em que se dá o debate público em função do uso das redes sociais. A divulgação de mentiras ou de fatos distorcidos contra oponentes políticos não é uma novidade. As redes sociais, entretanto, permitiram que informações falsas e teorias da conspiração fossem disseminadas de forma muito mais eficiente. O uso de desinformação foi capaz de influenciar a disputa das eleições presidenciais de 2018, assim como ocorreu nos Estados Unidos, em 2016. Avritzer focou a influência das redes sociais na eleição de Bolsonaro, mas não tratou de medidas que pudessem remediar o problema, o que é uma questão premente.

O combate à disseminação de *fake news* pelas redes sociais é importante porque embora esse seja um fator novo no contexto das últimas eleições, as evidências apontam para uma consolidação de seu uso na política, assim como vemos ocorrendo em tantas outras áreas. Até o momento, tanto a experiência brasileira, quanto norte-americana tem demonstrado que ainda que seja simples identificar o candidato que se beneficiou pelo uso de desinformação, é muito difícil provar a direta participação desses candidatos no processo de criação e disseminação de *fake news*.

Por essa razão, a estratégia adotada pela Comunidade Europeia de criar protocolos de cooperação com as empresas que controlam as redes sociais para identificar e bloquear notícias falsas (Valero & Olivera, 2018) pode ser uma saída mais produtiva no curto prazo do que aquela adotada nos Estados Unidos e Brasil que tem buscado punir os responsáveis pela compra de disparos em massa de *fake news*.

Avritzer é, em síntese, extremamente bem sucedido na tarefa de explicar como a crise atual se instalou, mas sua contribuição é ainda maior ao enfatizar que o retrocesso que enfrentamos não é fruto de uma combinação ao acaso ou de circunstâncias passageiras. Ao dar especial atenção a processos contemporâneos, Avritzer fornece um quadro mais completo do momento atual e de possíveis consequências para o futuro. A leitura de *O Pêndulo da Democracia* é, por essa razão, essencial para quem pretende entender as idas e vindas da política brasileira e como crise atual é diferente, e, concomitantemente, igual a tantas outras crises da democracia brasileira.

Bibliografia

- Abamanssur, E. S. (01 de 06 de 2017). Periferias, religião e política. Fonte: Fundação Perseu Abramo: <https://fpabramo.org.br/2017/06/01/periferia-religiao-politica/>
- Dip, A. (27 de 01 de 2020). Edir Macedo tem uma visão muito pragmática: se tem poder eu to junto. Fonte: *Exame Brasil*: <https://exame.com/brasil/edir-macedo-tem-uma-visao-muito-pragmatica-se-ha-poder-eu-to-junto/>
- Pinheiro, D. (01 de 10 de 2014). A afilhada rebelde: o estilo, as decisões e a ambígua relação de Dilma com Lula. Fonte: piaui: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-afilhada-rebelde/>
- Rocha, G. (04 de 09 de 2009). Dilma se diz curada do câncer e diz que é o "alvo da vez". Fonte: *Folha de S. Paulo*: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0409200907.htm>
- Santos, W. G. (2017). *A democracia impedida. O Brasil no século XXI*. Rio de Janeiro: FGV.
- Souza, J. J. (2019). *A elite do atraso. Da escravidão a Bolsonaro*. Rio de Janeiro: Estação Brasil.
- Sundfeld, C. A.; Rizzi, E. G.; Cardoso, E. L.; Beicker, F., Cruz; F. C., & Bezerra; G. E. (2010). *Controle de constitucionalidade e judicialização : o STF frente à sociedade e aos poderes*. Belo Horizonte.
- Tate, C. N. (1995). Why the Expansion of Judicial Power. In C. N. Tate, & T. Vallinder. *The global expansion of judicial power*. New York: New York University Press, pp. 27-38.
- Valero, P. P., & Olivera, L. (2018). Fake news: una revision sistematica de la literatura. *Observatório*, pp. 57-79.